

Experiências interpretativas: das transformações da noção de leitor em Umberto Eco¹

Humberto Ivan Keske²

Doutor em Comunicação Social

Programa de Pós-Graduação – PUCRS

Professor do Centro Universitário Feevale – Novo Hamburgo – RS

Resumo:

A noção de texto para Umberto Eco é constituída por um constante jogo de interpretações, sendo caracterizado pela sua possibilidade de abertura à complementação. O trabalho de preenchimento da incompletude que constitui o tecido textual só pode gerar-se em conjunto com a *cooperação do leitor*. Mas de qual leitor estamos falando? Eco trabalhará essa questão, no transcurso de sua produção teórica, a partir de, basicamente, cinco grandes obras. O presente artigo visa, então, recuperar a trajetória do autor em busca do seu possível leitor.

Palavras-chaves:

Leitor; sujeito; texto; interpretação, modelo semiótico.

Um autor em busca de leitores

Obra aberta inaugura o debate, trazendo as experiências estéticas e, principalmente as visões de um espectador frente ao instante mágico e único, proporcionado pela apreciação do Belo. Em *Tratado geral de semiótica*, esse elemento será destituído de sua realidade objetiva e ingressará na *dimensão da semiose*, fascinante, mas aprisionadora. *Lector in fabula* construirá/recriará esse leitor, traduzindo-o em um modelo de análise abstratamente constituído pelos diferentes textos, especialmente os literários, de que se compõe a cultura. *Os limites da interpretação* reforçará a idéia de um leitor inserido em um triângulo interpretativo potencialmente infinito: a *intentio auctoris*, a *intentio operis* e a *intentio lectoris*, fazendo-o habitante do interior da obra, espaço em que permaneceria até

¹ Trabalho apresentado ao NP 01 – Teorias da Comunicação, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom – XXX – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 29 de agosto à 02 de setembro de 2007 – Santos – SP.

² Doutor em do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – FAMECOS – PUCRS e Professor do Centro Universitário FEEVALE. – Novo Hamburgo – RS. E-mail: humberto@feevale.br

libertar-se em *Kant e o ornitorrinco, humano, demasiadamente humano*, para creditarmos o mote à Nietzsche. No decorrer de suas obras, raramente Eco se reporta especificamente à categoria de sujeito, salvo apenas nas duas últimas folhas do *Tratado geral de semiótica*, preferindo valer-se da noção de leitor, seja modelo; seja empírico.

Refletir acerca do que o decurso da história das teorias, nas diferentes abordagens levadas a cabo pelas Ciências Humanas e Sociais afirmará e negará do termo convencionalizado como *sujeito*, não nos interessa neste momento, sob pena de nos perdermos nas tramas da interpretação, repletas de fios de sentido a serem tecidos. Em outras palavras, não estamos interessados no *significado do termo* “sujeito” desenvolvido pela Filosofia, Antropologia, Sociologia ou Psicologia, mas, sim, nos permitimos a sua *apropriação* para refletirmos acerca da tradução/transposição/evolução do *elemento*, para usarmos um termo vago, mas permitido pelo léxico, criado por Eco, no desenvolvimento teórico de sua obra. Da *experiência estética* da obra de arte, esse elemento passará para o *interior do texto*, sob a expressão de um leitor-modelo, de onde se transformará, na tentativa de submergir através das categorias kantianas de apreensão do conhecimento, em um sujeito materializado pela força do Juízo.

Do leitor à experiência estética ...

Obra aberta, cuja primeira edição data de 1962, reúne uma coletânea de ensaios a respeito das formas de indeterminação das poéticas contemporâneas, tanto em literatura, quanto em artes plásticas e música. Mágica em seu lançamento, a publicação desse texto marca o momento em que a arte européia assistia à proliferação de obras de arte consideradas como indeterminadas em relação à forma, *convidando* o intérprete a participar ativamente na *construção final* do objeto artístico. Nesta perspectiva, Eco inclui desde os textos literários de Joyce e Kafka quanto as pinturas de Stravinsky e Matisse, bem como as séries permutáveis de partitura do músico Henri Pousseur e os móveis de Alexander Calder.

Sendo renovável e sobretudo viva, o autor propõe em *Obra aberta* três conclusões fundamentais: toda obra de arte será aberta porque não comporta apenas uma interpretação; com isto assume que a "abertura" não é uma *categoria crítica*, mas um *modelo teórico*,

sobretudo permeável, para tentar explicar a arte contemporânea; e, finalmente, será aberta porque também pode vir a ser qualquer referencial teórico usado para analisar a arte contemporânea que não revela suas características estéticas, mas apenas um *modo de ser* segundo seus próprios pressupostos. Ou seja, nesse entendimento, não somente a obra estaria “aberta” às mais inusitadas interpretações quanto a própria constituição da obra de arte será remetida para seus mais diversificados intérpretes.

Especialmente no capítulo intitulado ‘A poética da obra aberta’, Eco (2001b, p. 37-40) ressalta que a intencionalidade é considerada um pressuposto fundamental e inquestionável dessa *porosidade*. Além de toda obra possibilitar várias interpretações, a obra aberta apresenta-se de várias formas e cada uma delas se submete ao julgamento do público. Na medida em que o autor tem a liberdade de criação de várias obras, deixa ao executante a possibilidade de escolher uma das seqüências apresentadas e definir, no caso de uma produção musical instrumental, por exemplo, a duração dos sons e a maneira como se combinam entre si. A própria *execução da obra*, nessa perspectiva, transforma-se um *ato de criação*.

Enquanto *jogo interpretativo* que operaria entre os sentidos do sujeito e aquilo que lhe é dado perceber ou conceber, o processo estético estaria continuamente *aberto* às complementações de um *espectador imaginativo*. Nessa organização flexível chamada *experiência*, o estético estaria, na visão do autor, ultrapassando as restrições que outrora lhe tinham sido impostas, embora ainda mantendo traços do artístico, do belo, do sublime, em (re)criações transformadoras e inovadoras que terminam por se estenderem a muitos outros domínios da atividade humana.

É nesse sentido que, para Eco, toda obra de arte é “aberta”, uma vez que o que ela exprime não se reduz a um conceito lógico, unívoco: ela é o resultado de uma organização especial de elementos expressivos, de tal modo que qualquer mudança na relação desses elementos muda o seu sentido. E muitos são os “olhares” que toda e qualquer obra suscita. Essa solidariedade, na obra, de significados e significantes, determina sua irreducibilidade à formulação conceitual. Na obra de arte moderna, essa pluralidade de significados resulta da intenção deliberada do autor que, para atingir seus objetivos, altera a estrutura dos gêneros e das linguagens.

Partindo desse pressuposto, Eco defende que a *liberdade de escolhas* age sobre a *construção* da obra, o que a configura como uma mensagem ambígua, de onde emerge uma pluralidade de significados. Nas obras de arte, fundamentalmente inacabadas, o autor confiaria ao intérprete a responsabilidade de completá-las/complementá-las ao seu prazer, como se fossem quebra-cabeças que contam com a sorte e a boa-vontade dos intérpretes. Desta premissa, Eco (2001b) levanta o questionamento de que autor e leitor terminam por se confundir de tal maneira que já não se pode falar de uma obra de arte, mas de várias "obras"; todas elas inacabadas, premissa que, posteriormente, seria retrabalhada em *Lector in fabula* (primeira edição datada de 1979) através da cooperação ativa do leitor.

Não sem críticas, *Obra aberta* naturalmente gerou inúmeras interpretações e apreciações equivocadas e deturpadas: alguns defensores da Teoria da Literatura viram nesse texto uma defesa do pragmatismo, o que levaria a obra a um patamar de relativismo absoluto, na medida em que, erroneamente, segundo Eco, identificaram, no texto, uma postura de acordo com a qual não há limites para a interpretação, ou que uma obra pode, em princípio, levar a quaisquer interpretações à sua deriva. Mais tarde, entretanto, o autor tratou de corrigir o “equivoco”, dedicando-se ao tema da *cooperação interpretativa* e ao dos *limites da interpretação*, durante as décadas de 1980 e 1990. Outros, ainda, destacaram o conceito de obra aberta de seu pano de fundo filosófico-estético, descaracterizando-o completamente e aplicando-o a outras disciplinas alheias e inclusive opostas à reflexão inicial de Eco. Entretanto, é em *Obra aberta* que aparece, pela primeira vez, no bosque interpretativo dos ditos e não-ditos textuais, a questão de um leitor/sujeito/receptor e principalmente *intérprete* associado e relacionado, desde sempre, a uma visão estética de mundo.

A partir da década de 1970, Eco passa a se dedicar quase que exclusivamente aos estudos semióticos, voltando-se mais para uma tradição anglo-saxônica de inspiração peirceana do que propriamente para uma tradição semiológica de matriz saussuriana. Inclusive, *Obra aberta* nutre-se, em muitos momentos, da noção peirceana de uma *semiose ilimitada*³. Nessa concepção do sentido, um texto será inteligível se o conjunto dos seus enunciados respeitar o *saber associativo* por ele suscitado.

... Da experiência estética à semiose ...

Ao longo desse tempo, e atravessando toda a década de 1980, Eco escreve importantes textos nos quais procura definir os *limites da pesquisa semiótica*, bem como busca fornecer uma nova compreensão da disciplina e, principalmente, do patamar de análise capaz de ser desenvolvido/apreendido por uma análise semiótica, segundo pressupostos buscados em filósofos como Kant (1724-1804) e Peirce (1839-1914). Nesse contexto, já desenvolvido no *Tratado geral de semiótica* (edição original datada de 1975), o autor sustentará que os códigos e subcódigos que nos servem de base para criar e interpretar as mais diferentes mensagens, desde a literatura, às placas de trânsito, às artes plásticas, devem ser comparadas a uma *estrutura rizomática pluridimensional* que dispõe os diversos sememas, entendidos, nesse caso, como unidades culturais mínimas de produção de sentido, relacionando-se uns com os outros em uma cadeia de pontos, fios e nós que os mantêm irremediavelmente unidos.

Chamado de *Modelo Quillian*⁴, ou simplesmente “modelo Q”, a função desse sistema espectral é a de organizar os sememas segundo uma lógica específica, levando em consideração as conexões estabelecidas entre cada uma das partes envolvidas na organização. A noção de *enciclopédia* concebida por Eco será oriunda dessa concepção. A problemática levantada pela questão do intérprete/leitor/sujeito, recorte teórico que nos interessará especialmente neste momento, reaparecerá completamente transformada, (re)formulada e principalmente *rechaçada* nessa obra. Esse *elemento invasor* constitui o *segundo bosque* interpretativo: o da *negação do sujeito*.

³ Entendida enquanto processo contínuo e ininterrupto, a idéia de uma semiose ilimitada, proposta por Peirce, em seus *Collected Papers*, nos sugere que um signo remeterá a outro em uma atividade infinita de (re)interpretações e, conseqüentemente, de (re)significações, da mesma forma que as múltiplas possibilidades de *abertura interpretativa* presentes em uma obra de arte sobretudo estética.

⁴ Preocupado em desenvolver um estudo acerca da possibilidade de análise componencial global dos sememas envolvidos em um percurso de leitura, Eco, no *Tratado geral de semiótica*, se valerá dos estudos metodológicos propostos pelo modelo de memória semântica elaborado por M. Ross Quillian (1968). O modelo Quillian (modelo Q) baseia-se em uma massa de nós interligados por diversos tipos de liames associativos. Para cada significado de lexema deveria existir na memória um nó que prevê como seu “patriarca” o termo a definir, aqui denominado *type*. A definição de um *type* “A” prevê o emprego, como seus interpretantes, de uma série de outros significantes que são incluídos como *tokens* (e que no modelo constituem outros lexemas). A configuração do significado do lexema é dada pela multiplicidade dos seus liames, com vários *tokens*, cada um dos quais, porém, se converte, por sua vez, no *type* “B”, patriarca de uma nova configuração que compreende como *tokens* muitos outros lexemas e assim sucessivamente. Como se percebe, esse “modelo Q” prevê a definição de cada signo graças à interconexão com o universo de todos os outros signos em função do interpretante, cada um deles pronto para tornar-se o signo interpretado por todos os demais: o modelo, em sua complexidade, baseia-se em um processo de *semiose ilimitada* (ECO, 2000a, p. 111).

Na parte final do *Tratado geral de semiótica*, mais precisamente nas duas últimas folhas do último capítulo, intitulado, não por acaso, ‘O sujeito da semiótica’, de maneira bastante enfática Eco questiona-se acerca do lugar do *sujeito humano* enquanto *ator da prática semiótica*, caracterizada justamente pela *relação pragmática* entre emissor e destinatário. Em seu ponto de vista, uma semiótica da produção sótica que se constitui em uma forma de crítica social deveria levar em consideração o papel do *sujeito comunicante*, não somente como *fingimento metodológico*, como ele mesmo afirma, mas enquanto sujeito concreto, “radicado num sistema de condicionamentos históricos, biológicos, psíquicos tal como o estudam, por exemplo, a psicanálise e as demais disciplinas do homem” (2000b, p. 255).

Entretanto, prefere esquivar-se do próprio questionamento suscitado por uma teoria cuja preocupação maior seria a de dedicar-se ao estudo da *natureza* (humana, demasiadamente humana!) dos atos comunicacionais que ocorrem *por e através* das produções sóticas. Assume que esse sujeito empírico, fruto de mitoses e meioses sucessivas de um corpo que ama e que, de alguma forma interage com o meio ambiente e com a sociedade que o cerca, em suas mais diferentes formas e níveis, *não será objeto de estudo da Semiótica* por uma simples razão: a diferença existente (ou o limite preciso!) entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito do enunciado*.

O sujeito de um ato de expressão (que não deve ser identificado com o sujeito “gramatical” do enunciado, uma vez que há diferença entre o SUJEITO DA ENUNCIÇÃO e o SUJEITO DO ENUNCIADO) deve ser considerado, como *um dentre os possíveis referentes da mensagem ou texto*. Constitui ele um dos objetos de referência possível por parte da mensagem, e como tal deverá ser estudado pelas disciplinas que se ocupam dos vários objetos físicos e psíquicos *de que* falam as linguagens. Como o sujeito da enunciação, com todas as suas propriedades e atitudes, é *pressuposto* pelo enunciado, ele deve ser “lido” ou interpretado como *um dos elementos do conteúdo vinculado*. Qualquer outra tentativa de introduzir o sujeito da enunciação no discurso semiótico levaria a disciplina a ultrapassar um dos seus limites “naturais” (ECO, 2000b, p. 255-256) (Destaque do autor).

Ao propor na sua *teoria dos códigos* e da *produção sótica*, no início do *Tratado geral de semiótica*, admite que esse *sujeito, elemento estranho* a uma proposta que quer estudar o *signo* mas não seu *produtor*, representa um *modo de ver o mundo*; somente se pode conhecê-lo através de uma atividade de segmentação do universo textual e de

posterior associação dessas unidades expressivas originárias desse processo de fragmentação com as unidades de conteúdo, em um trabalho no curso do qual essas “concreções histórico-sistemáticas” se fazem e se desfazem incessantemente em alguma das dimensões textuais. Não nos esqueçamos de uma premissa fundamental para o autor de que *o mundo é um grande texto e o texto é um grande mundo!* O autor termina por recair, novamente, na sua proposta de um *Modelo Quillian* para a interpretação.

A relação do *texto* com um *contexto extratextual* que, digamos assim, representa justamente a *base* do processo comunicacional, deixa de ser aprofundada sob pena de *extrapolar* o campo teórico em que habita, transferindo a discussão para “fora de si mesmo”, como algo que não lhe pertence e não lhe interessa resolver. Eco admite que

a Semiótica tem um único dever: definir o sujeito da semiose através de categorias exclusivamente semióticas: e *pode* fazê-lo porque o sujeito da semiose se manifesta como o contínuo e continuamente incompleto *sistema de sistemas de significação que se refletem um no outro* (2000b, p. 257).

De qualquer forma, o autor não nega a existência e a importância dos sujeitos empíricos individuais e materiais que, quando comunicam, obedecem aos sistemas de significação e, ao mesmo tempo, os enriquecem, criticam e mudam. Entretanto, estabelece, de maneira enfática, que a Semiótica não tem condições categoriais de analisá-los, tendo de destituí-los, em função disso, de sua *concretude constitutiva*. Esse “protagonista real”, que participa do processo comunicativo, estará inserido dentro do *sistema de significação* específico que é pressuposto pelo aporte teórico em que se enquadraria a Semiótica.

O que se está afirmando é que a semiótica não pode senão definir esses sujeitos no interior de seu quadro categorial, da mesma maneira que, falando dos referentes como conteúdos, não nega a existência das coisas individuais e dos estados reais de mundo, mas atribui suas verificações (e suas análises em termos de propriedades concretas, mutações, verdades e falsidades) a outros tipos de indagações (ECO, 2000b, p. 257).

Desse modo, ao definir a que tipo de *sujeito* se refere, Eco (2000b, p. 182) retoma Charles Sanders Peirce (1839-1914) para estabelecer a diferença entre *semiose* e *semiótica*. A semiose é entendida como um fenômeno, uma ação ou influência que implica a relação entre três sujeitos: o signo, seu objeto ou conteúdo e seu interpretante; por outro lado, a

Semiótica trata dos discursos teóricos sobre os fenômenos semióticos. A partir do estabelecimento desses dois parâmetros comparativos,

a Semiótica tem um único dever: definir o sujeito da semiose através de categorias exclusivamente semióticas: e *pode* fazê-lo porque o sujeito da semiose se manifesta como o contínuo e continuamente incompleto *sistema de sistemas de significação que se refletem um no outro* (2000b, p. 257) (grifo do autor).

Como se percebe, o *sujeito da semiose*, conforme colocado por Eco (2000b), está implícito *no* texto e não se manifesta enquanto *concretude* de um *sujeito-empírico* do mundo real. Há de se admitir, todavia, que os sistemas de significação nos quais a semiótica procura explicá-lo implicam a existência de um *código*, convencionado social e culturalmente por esses sujeitos empíricos, através do qual se verifica a significação e o estabelecimento de categorias explicativas. É nesse sentido específico que o modelo semiótico-textual procura representar essa *possibilidade* de estabelecer correlações entre o sujeito empírico e os sistemas de significação semióticos.

Outrossim, Eco (2000b) prefere não explorar a infinidade de possibilidades teóricas que emergem dessa problemática, nem tampouco remeter a pressupostos anteriores de sua própria teoria, quanto prefere esclarecer que o (seu) *sujeito empírico* estará pressuposto enquanto *leitor-modelo*, e se presentificará através das *estruturas* ou *níveis* representados pelo modelo semiótico-textual, perdido, talvez, em um próximo bosque interpretativo. Inclusive, segundo Eco,

a Semiótica *teve* seu sujeito (no duplo sentido de “argumento” e “protagonista”): a SEMIOSE. A semiose é o processo pelo qual os indivíduos empíricos comunicam, e os processos de comunicação são tornados possíveis pelos sistemas de significação. Os sujeitos empíricos, do ponto de vista semiótico, podem apenas ser identificados como manifestações desse duplo (sistemático e processual) aspecto da semiose. *Isto não é um asserto metafísico: é uma assunção metodológica* (2000b, p. 257) (grifos do autor).

Ciente de que os sujeitos empíricos são capazes de criticar o assentamento ideológico dos sistemas de significação, em muitos casos verificados na prática social concreta, Eco remete essa *qualidade humana* ao fato de que o *código pode criticar a si mesmo*, em função da natureza contraditória do ele chama de Espaço Semântico Global.

Essa noção é especialíssima dentro de sua teoria e remete à rede de códigos e subcódigos de que se compõe a enciclopédia total acumulada ao longo do tempo e é continuamente atualizada pelos sujeitos/leitores/receptores em uma dada época e em um dado contexto cultural.

Desse posicionamento emerge a premissa de que somente existe produção sógnica *se e somente se* existem sujeitos empíricos que desenvolvem o trabalho de produzir *expressões físicas* e correlacioná-las a um dado *conteúdo*, e assim sucessivamente em uma cadeia significativa potencialmente infinita. Entretanto, Eco justifica-se novamente ao afirmar que a semiótica tem o direito de reconhecer esses sujeitos, e de fato o faz, *se e somente se* “eles se manifestarem mediante funções sógnicas, produzindo-as, criticando-as e reestruturando-as” (2000b, p. 258) (grifos do autor). Com essa estratégia, o autor aceita um possível limite metodológico para a semiótica, fazendo-a “escapar”, por um lado, de um idealismo abstrato, e, por outro, de uma *onipotência* desastrosa em termos de campo de conhecimento. Chama esse limite, muitas vezes imperceptível em uma instância teórica, mas não em uma instância humana, de *umbral semiótico*. Ou seja, a semiótica reconhece a si mesma como

sujeito verificável único do seu discurso a existência social do universo da significação, tal como ela é exibida pela verificabilidade física dos interpretantes que são, e deve-se insistir nesse ponto pela última vez, *expressões materiais*. O que esteja *atrás*, *antes* ou *depois* ou *aquém* desse “sujeito”, é por certo uma questão de *enorme* importância. Mas a solução desse problema (pelo menos por ora, e nos termos da teoria aqui delineada) está além do umbral da semiótica (2000b, p. 258) (grifos do autor).

Como resposta a essa afirmação tão contundente do autor, talvez devêssemos colocar esse sujeito [interno] da semiótica no *processo comunicativo* que é *externo* a ele. Se temos uma concepção negociável da comunicação, onde não se privilegia um dos pólos em detrimento do outro, também temos a possibilidade dos leitores/sujeitos/receptores interagirem [intra], [inter], [extra] e [trans]textualmente com seu sentido. Nesse momento de sua teoria, o autor não desenvolve uma articulação que se dê para *além* da relação entre leitor e texto e entre texto e contexto, contemplando uma interação entre o *leitor* e o *contexto* em que ocorre a cooperação/comunicação/interpretação.

Enquanto *sujeito* e, ao mesmo tempo, *sujeitado* da linguagem, esse leitor/sujeito/receptor precisa extrapolar a estrutura categorial que lhe foi rigidamente

imposta e dar vazão a toda uma concretude social, cultural, política, ideológica que lhe convida, a todo o momento, para um *compartilhar*, verbo que traz implícita uma idéia de doação, relação e, sobretudo, *união*. Aquele que compartilha, compartilha algo *com* alguém! Melhor dito, o faz em companhia *de* alguém. A vida sempre será relacional por ela mesma, lei invisível que a todos orienta. Três anos depois, já em *Lector in fabula* (edição original de 1979) e ainda fugindo desse *sujeito desconcertante, intruso, estranho, ingrato*, criará um *constructo teórico* chamado de *leitor-modelo*.

... Da semióse ao Modelo ...

Tendo como consequência seu interesse pela estética, Eco começa a orientar seus trabalhos para o tema da *cooperação interpretativa* dos diferentes leitores, requerida pelos textos. *Leitores*, diga-se de passagem, *modelos*. O leitor empírico, que *bizarramente* tenta se intrometer no interior mesmo da teoria semiótica, estará, por ora, descartado pelo autor. Vindo ao encontro dessa proposta, *Lector in fabula* procura compreender quais são os aspectos mais relevantes que atuam durante a atividade interpretativa dos leitores, observando os mecanismos que engendram sua cooperação, ou seja, o "preenchimento" de sentido que o leitor faz do texto. Ao mesmo tempo, começa a definir os limites interpretativos a serem respeitados e os horizontes de expectativas gerados pelo próprio texto, em confronto com o contexto *abstratamente pressuposto* em que se insere esse leitor altamente qualificado.

Esse tecido interpretativo e, sobretudo, intertextual começaria a ser constituído a partir de sua *superfície*, ou manifestação linear mínima, normalmente associada a sua forma lingüística-verbal, uma vez que um texto representa uma série complexa de *movimentos cooperativos* que devem ser executados pelo leitor. Entretanto, as estratégias textuais desenvolvidas por um leitor-modelo, que coopera para o preenchimento dos interditos textuais somente se tornam possíveis de ocorrerem *se e somente se* estiverem previstas pelo próprio texto. A proposta de um leitor-modelo, enquanto procedimento metodológico de leitura, representa um patamar abstrativo que, somente por ser *ideal*, torna-se *possível*. Caso contrário, extrapolaria sua própria categoria estrutural desde o princípio.

... Do Modelo ao limite ...

Em *Os limites da interpretação*, publicado originalmente em 1990, Eco dedicou-se à tarefa crítica, literária, semiótica e, sobretudo, filosófica de estudar o conceito de interpretação. Partindo de sentido canônico, ou seja, a *intentio auctoris*, a *intentio operis* e a *intentio lectoris*, dá prosseguimento às reflexões iniciadas em *Lector in fabula* que, em um dado momento, se complementam, tendo como principal característica sustentar a idéia de que os textos necessitam a todo o momento da cooperação interpretativa de seus leitores. A contribuição do autor, nessa perspectiva, refere-se ao fato de que a abordagem hermenêutica de um texto pode incidir sobre diferentes elementos: a intenção do autor (aquilo que ele quis dizer, ou gostaria de ter dito), a intenção da própria obra (aquilo que o texto diz, ou gostaria de ter dito), e a intenção do leitor (aquilo que ele vê no texto, ou gostaria de ter visto).

Nesta perspectiva, Eco afirma que o preenchimento dos interditos textuais, que poderia levar a uma variabilidade de interpretações textuais *desconcertante*, viria a ser limitado pela *intentio operis*. É o momento em que as incontáveis possibilidades de apreensão do *universo interpretativo* acabariam sendo restringidas ao âmbito fornecido pelo próprio texto, em uma defesa do *sentido literal* constante da obra, que proíbe determinadas interpretações, sem, todavia, descartar uma em particular e onde as inferências interpretativas, por mais paranóicas que fossem, deveriam se basear no “reconhecimento do primeiro nível de significado da mensagem, o literal” (ECO, 2000a, p. 11). É em função da *manifestação linear* do texto, ou, em outras palavras, seu sentido mínimo, que o leitor colabora no preenchimento de seu significado.

Ao analisar as possibilidades e limites da interpretação, Eco deixa bem claro que é imprescindível a consideração do *outro*, que, em outras palavras, coloca um *sistema dialógico* em jogo, tal qual já previra Bakhtin (1895-1975) a partir da década de 1920, confirmando a *porosidade* que envolve a relação entre uma dimensão objetiva, remetida à obra; e uma dimensão subjetiva, remetida ao olhar do leitor interpretante. Esse outro, por

sua vez, irá compor um *sistema triádico*⁵ com um novo *outro*, entrando *ad infinitum* no tecido da significação social, idéia já reiterada inúmeras vezes pelo autor.

... Do limite à Razão ...

Escritos no decorrer de um ano, sob o signo da incerteza e de inúmeras perplexidades, como viria a confessar o próprio Eco, *Kant e o ornitorrinco* (primeira edição datada de 1997) reúne os ensaios que se originaram das preocupações que remetem, complementam e dialogam com o *Tratado geral da semiótica*, publicado quase um quarto de século antes. Renunciando a um tratamento sistemático mais rigoroso, o autor compila explorações a partir do senso comum, de onde emergem discussões teóricas extremamente espirituosas e repletas de "histórias", inusitadas, às quais recorre na tentativa de ajudar o leitor a considerar os temas sob uma semiótica textual e interpretativa. A questão fundamental que o autor nos coloca é: como os naturalistas poderiam descrever um animal como o ornitorrinco, que ainda não tinham descoberto, já que os conceitos disponíveis à época não eram suficientemente estáveis para interpretá-lo? Em outras palavras, como conhecer um fenômeno desconhecido quando não conseguimos enquadrá-lo em uma classificação disponível ou ainda quando não dispomos de um conceito que o preencha adequadamente?

Tal animal serviu de fonte de inspiração para Eco correlacioná-lo ao pensamento de Immanuel Kant (1724-1804), de quem dependem os rumos das ciências cognitivas deste século, e de quem retirará as categorias analíticas como proposta para questionar um dos maiores problemas filosóficos que cercam os *a priori* interpretativos que permitem ao Homem conhecer, apreender e compreender o mundo exterior, através de narrativas inteligíveis. A classificação hipotética do ornitorrinco remeterá Eco (1998, p. 127) para o

⁵ Naqueles anos de 1857, Peirce (1839-1914) estava preocupado com a organização de um propósito filosófico-analítico geral, capaz de compreender as estruturas de conhecimento, ou, em outras palavras, os fenômenos de produção de conhecimento manifestados *no mundo*. As tricotomias peirceanas se tornariam mais conhecidas por *primariedade*, *secundidade* e *terceiridade*, que originaram outras tantas subdivisões triádicas, que incluíam signo, objeto e interpretante; ícone, índice e símbolo; qualidade, reação e representação e, finalmente, dedução, indução e abdução. As combinações das trindades peirceanas são extremamente complexas e extensas, buscando nas dízimas periódicas da lógica matemática uma *constante interpretativa de repetição* potencialmente infinita.

problema das *categorias de apreensão do fenômeno*⁶. O autor recorre à psicologia cognitiva para falar da capacidade de pensamento como fundamentada sobre a possibilidade de uma *organização categorial*, justamente onde reside na nossa *competência em categorizar*, ou seja, em classificar, em discriminar, em (re)agrupar, uma série de objetos e eventos, a partir de certos pressupostos racionais.

Eco se vale do conceito kantiano dando-lhe uma nova variável, não pensada por Kant em sua época, tanto em relação à classificação enciclopédica notadamente de cunho histórico, social, biológico, cultural e dependente de um *acordo* ou consenso estabelecido por uma determinada comunidade, em um determinado eixo tempo-espacial; quanto em relação a uma possibilidade interpretativa dos juízos kantianos⁷ aplicados *no* mundo, como forma de valorar a cultura e a arte. Dito de outro modo, o acréscimo proporcionado por Eco foi o de ter relativizado o conceito objetivo da razão, colocando-o inserido em uma determinada cultura. Kant, ao contrário, estaria completamente afastado do “real” empírico, pairando em uma dimensão que ele mesmo chamara de “supra-sensível”, ou seja, muito acima do sensível humano. Desse modo, o conhecimento não prescindiria do empírico, entretanto seu fundamento último é determinado pela racionalidade.

⁶ Tanto Peirce (1839-1914) quanto Eco buscarão no filósofo alemão subsídios para (re)pensar o processo de apreensão do conhecimento que ocorre, na visão de ambos os autores, a partir de um dado *fenômeno*. Entretanto, Peirce e Eco divergem de Kant justamente em relação ao *caráter pragmático* de apreensão do conhecimento, uma vez que, para Kant, essa apreensão não se dá apenas pela experiência empírica, mas já estaria presente nas estruturas categoriais objetivas de classificação estabelecidas pela razão. A esse respeito, vale ressaltar que o breve desenvolvimento de nossa reflexão terá como objetivo recuperar a trajetória teórica adotada por Eco no tocante ao *leitor/sujeito/receptor* que julga e categoriza, classificando um certo fenômeno a partir de uma *ocorrência empírica*, aspecto já proposto pela pragmática peirceana quando ressalta os três *elementos formais da experiência*: primariedade, secundidade e terceiridade.

⁷ Em *Kant e o ornitorrinco* (1998), Eco admite, que, para obtermos um *conceito empírico*, devemos estar aptos a produzir um *juízo perceptivo*, que estará, fundamentalmente, associado às *percepções* de um *sujeito empírico*, para enfatizarmos a questão. O autor entende por percepção um ato complexo ou uma interpretação de dados sensíveis em que a memória e a cultura intervêm, implicando, por conseguinte, na compreensão da natureza do objeto. Ao contrário, Kant vê, na leitura que Eco desenvolve da *Crítica da razão pura*, a *perceptio* ou *wahrnehmung* apenas como uma “representação com consciência” (1998, p. 70), no sentido de que tais percepções podem ser expressas em termos de sensações, que simplesmente modificam o estado do sujeito ou as formas de conhecimento objetivo. Assim, podem ser *intuições empíricas*, que através da *sensação* referem-se a um objeto particular, ainda se manifestarem sob a “forma” da aparência, desprovidas de um *conceito* que as defina. Posteriormente, Peirce, em seu *Collected papers*, vai associar essa peculiaridade da percepção à sua teoria, chamando-a de *primariedade*. Nesses termos, o autor admite que o juízo é o conhecimento não imediato, *mas* imediato do objeto, e em todo o juízo encontra-se um conceito que vale para uma pluralidade de representações. “Não podemos negar que ter a representação da pedra e do seu aquecimento já represente uma unificação atuada na multiplicidade do sensível: unificar representações na consciência já é ‘pensar’ e ‘julgar’ e os juízos são regras *a priori*” (ECO, 1998, p. 71). Ou seja, mesmo a *síntese* em que se fundamenta a percepção, para usarmos os termos do autor, está sujeita a determinadas categorias. Um juízo perceptivo já está entremeado, penetrado, invadido por um juízo de experiência.

Nessa perspectiva, para Eco, o processo de conhecimento se realizaria fundamentalmente através de *analogia*, ou seja, atividade lógico-cognitiva na qual procuramos reconhecer no desconhecido o que de uma forma ou de outra já conhecemos anteriormente. Diante de um fenômeno desconhecido, "reagimos por aproximação, procuramos aquele recorte de conteúdo, já presente na nossa enciclopédia, que bem ou mal parece prestar contas do novo fato" (ECO, 1998, p.55). Em outras palavras, a produção de conhecimento a partir do desconhecido emerge da *experiência vivida* do leitor/sujeito/receptor, tentando classificá-lo e nomeá-lo, portanto, através de um determinado discurso já previsto e conhecido de antemão. Portanto, para Eco, já estamos na dimensão de um leitor empírico, para sermos fiéis a nomenclatura do autor, e não mais em um patamar teórico que repensaria seu leitor como abstratamente constituído.

Nesses termos, Eco apresenta, em *Kant e o ornitorrinco* (1998, p. 56), que os problemas relacionados ao processo cognitivo de aquisição de conhecimento derivam, por raciocínio hipotético, do *conhecimento de fatos externos e de conhecimentos precedentes*, como Eco já deixara dito em *Semiótica e filosofia da linguagem* (1991c, p. 56), ao trabalhar com as possibilidades abduativas surgidas a partir de *indícios*. Escolhe, como exemplo dessa trama semiótica, as investigações criminais levadas a cabo por Sherlock Holmes e seu assistente Watson. De qualquer forma, vale ressaltar que a recuperação que Eco desenvolve da obra kantiana vem ao encontro da premissa de que todo o processo de apreensão do conhecimento é, por natureza, semiótico. A semiose caracteriza-se como um *percurso interpretativo* contínuo de signo a signo. Ao contrário de Kant, para Eco o conhecimento (e principalmente a interpretação) se desenvolve a partir de *nossa* experiência, abastecida em uma determinada enciclopédia, que inclui a faculdade cognoscente da razão em seu esforço classificatório-interpretativo.

Referências bibliográficas:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
- ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- _____. *Kant e o Ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. *O Conceito de Texto*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- _____. *O Signo de Três*. São Paulo: Perspectiva, 1991a.
- _____. *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva, 2001b.
- _____. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2000a.
- _____. *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001c.
- _____. *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ática, 1991b.
- _____. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2000b.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. *A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira, 2000c.
- _____. *Comunicação e Semiótica*. São Paulo: Hacker, 2004a.
- _____. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1995.